

Congresso aprova MP que quebra controle sindical sobre os portos

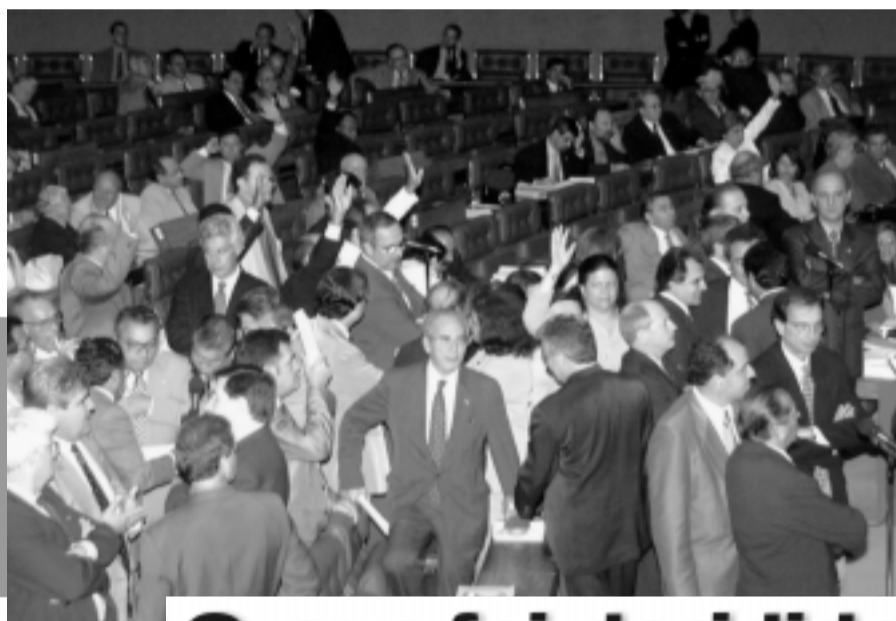
Outras três medidas provisórias fixam a idade mínima de 67 anos para pagamento de benefício do INSS aos idosos carentes, uniformizam as contribuições ao PIS/Pasep e permitem o aumento do Imposto de Exportação sobre cigarros e bebidas

Proposta da CPMF será relatada por Tuma

O senador Romeu Tuma será o relator, na Comissão de Constituição e Justiça, da proposta de emenda constitucional do Executivo que prorroga a CPMF por mais dois anos, elevando sua alíquota de 0,20% para 0,38%.

PÁGINA 5

As MPs que tratam da escala de trabalho dos portuários e do benefício aos idosos provocaram muita discussão no plenário



O plenário do Congresso Nacional aprovou ontem quatro medidas provisórias editadas pelo governo, entre elas a de nº 1.728-18, que, na prática, quebra o controle hoje exercido pelos sindicatos sobre a escala de trabalho nos portos brasileiros. Agora, a decisão caberá aos órgãos gestores de mão-de-obra, que contam com representantes dos sindicatos, dos empresários, do governo e dos usuários. Parlamentares de oposição acreditam que a iniciativa poderá trazer prejuízos aos trabalhadores.

Também foram aprovadas três outras MPs: a que fixa em 67 anos a idade mínima para recebimento, por idosos carentes, do benefício de prestação continuada do INSS; a que uniformiza as contribuições das empresas e dos órgãos de governo ao PIS e ao Pasep; e, por fim, a medida que permite a elevação do Imposto de Exportação de cigarros e bebidas para países vizinhos, com o objetivo de evitar o contrabando.

PÁGINA 3

Presidente do Senado recebe *premier* holandês

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o primeiro-ministro da Holanda, Win Kok, que veio ao Brasil para estreitar as relações entre os dois países. No encontro, Antonio Carlos destacou o esforço que o governo e o Congresso Nacional estão fazendo para viabilizar todas as medidas do Programa de Estabilização Fiscal.

O senador manifestou, ainda, sua confiança de que a comunidade internacional saberá reconhecer e apoiar todo esse empenho, segundo revelou o senador Romeu Tuma, que participou da audiência como vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Tuma acrescentou que o primeiro-ministro holandês concordou que as reações internacionais ao ajuste fiscal deverão ser positivas.

Antonio Carlos e Win Kok recordaram a importância da presença dos holandeses no Brasil, reafirmando o apoio ao estreitamento de relações entre os dois países.



ACM lembrou a Win Kok o esforço que o Congresso tem feito para ajudar na estabilização econômica do país

O que foi decidido

MP 1.599

Muda a legislação sobre organização da assistência social, estabelecendo em 67 anos a idade limite para obtenção, por pessoas sem condições de sustento próprio, do Benefício de Prestação Continuada, no valor de um salário mínimo.

MP 1.676

Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep)

MP 1.725

Altera a legislação para coibir a prática de operações simuladas envolvendo a exportação de produtos de elevada carga tributária no Brasil, como cigarros e bebidas, que retornam ao país de forma clandestina.

MP 1.728

Altera a Lei dos Portos para definir como atribuição exclusiva dos órgãos gestores de mão-de-obra a escalação de trabalhadores avulsos.

Plenário ratifica dois novos embaixadores

PÁGINA 2

Câmara vai discutir gastos com vereadores

Foi aprovada, pelo plenário do Senado, a redação final da proposta de emenda constitucional que limita os gastos com as câmaras de vereadores. Agora, a matéria será examinada pela Câmara dos Deputados.

PÁGINA 2

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 1998

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 10h - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado
- ▶ 15h30 - Recebe o deputado Paulo Kobayashi, presidente da Assembléia Legislativa do estado de São Paulo
- ▶ 18h - Participa do Culto Nacional de Ação de Graças - *Catedral Metropolitana de Brasília*

PLENÁRIO

- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a implementação, funcionamento e gestão do SUS; *PLC nº 34/98, que dispõe sobre a criação de *homepage* na Internet, pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que específica; *Projeto de Resolução nº 105/98, que autoriza a efetivação de contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado entre a União e o estado da Paraíba, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; *PLS nº 203/97, que acresce parágrafo ao art. 30 da Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da assistência social; *PLS nº 76/98, que dispõe sobre a prestação voluntária de serviços em programas de interesse social; *Mensagem nº 72/94, que submete à aprovação desta Casa a proposta do Banco Central do Brasil para a definição de critérios e mecanismos para o refinanciamento das dívidas públicas estaduais e municipais; *Mensagem nº 135/94, que solicita autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, entre o estado do Maranhão e o Bird, no valor equivalente a até US\$ 79 milhões, de principal, destinados a financiamento parcial de projeto para reabilitação e conservação de rodovias naquele estado; *Ofício nº S/65/94, que encaminha solicitação para que o governo do estado de Sergipe possa contratar operação de crédito externo a ser realizada pela Empresa Energética de Sergipe S.A., no valor de nove milhões, trezentos e noventa e seis mil, quatrocentos e noventa e cinco reais, equivalente a quinze milhões de marcos alemães, em 1/07/94, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Melhoramento do Abastecimento de Energia Elétrica em Sergipe; e *Ofício nº S/72/94, que encaminha solicitação do governo do estado de São Paulo para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo, destinados à liquidação de precatórios judiciais pendentes, de responsabilidade daquele estado

COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Audiência pública com a presença do ministro da Saúde, José Serra, para discutir a redução dos recursos destinados a área de saúde. *Ala Senador Nilo Coelho, sala 2*

PREVISÃO DA SEMANA

- Sexta-feira (27.11.98)
- ▶ 9h - Sessão não deliberativa

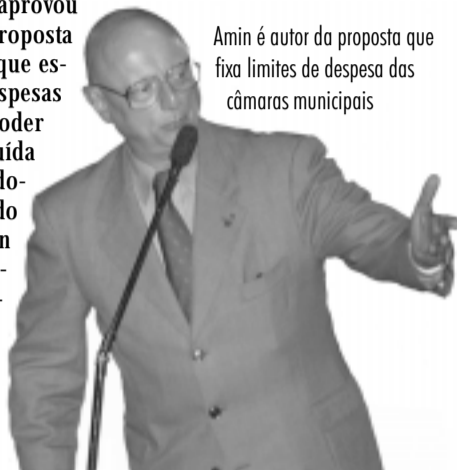
Senado aprova redação da emenda que limita gastos com as câmaras

Proposta que fixa despesa com legislativo municipal entre 3% e 8% da receita tributária deverá ser enviada agora à Câmara dos Deputados

O plenário do Senado aprovou ontem a redação final da proposta de emenda à Constituição que estabelece limites para as despesas com o funcionamento do Poder Legislativo municipal, incluída a remuneração dos vereadores. A proposta, de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC), será encaminhada agora à Câmara dos Deputados.

A PEC estabelece que os gastos com o Poder Legislativo municipal não podem ultrapassar os seguintes percentuais da soma da receita tributária e das transferências constitucionais efetivamente auferidas pelos mu-

Amin é autor da proposta que fixa limites de despesa das câmaras municipais



cípios em cada exercício financeiro: para municípios com população inferior a dez mil habitantes, 8%; de dez

mil a 50 mil habitantes, 7%; de 50 mil a 100 mil, 6%; de 100 mil a 500 mil habitantes, 5%; de 500 mil a um milhão de habitantes, 4%; e de 3% para municípios cuja população ultrapassar um milhão de habitantes.

Na mesma sessão foi discutida pelo terceiro dia, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para o Sistema Único de Saúde. A matéria voltará a ser discutida na sessão de hoje, às 10 horas.

O plenário também aprovou a renovação das concessões das rádios Cornélio Procópio (PR), Globo de Brasília e Cultura de Araraquara (SP).

Novas regras são debatidas na TV Senado

A TV Senado coloca em debate hoje, às 13h30 e 21h15, a proposta de emenda à Constituição que limita os gastos com as câmaras de vereadores. Foram convidados para o programa os senadores Esperidião Amin (PPB-SC), autor da proposta, e Jefferson Péres (PSDB-AM), relator da matéria.

Plenário acolhe indicação de embaixadores

O plenário do Senado aprovou ontem dois pareceres da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) favoráveis à indicação dos diplomatas Sebastião do Rego Barros Netto e Carlos Alberto de Azevedo Pimentel para exercerem a função de embaixador do Brasil junto à Argentina e à Polônia, respectivamente. As matérias irão à promulgação.

ACM saúda Dia da Baiana

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, começou seu dia de trabalho ontem cultivando o que ele definiu como "puro sentimento de baianidade". O senador recebeu em seu gabinete uma legítima baiana, ganhou uma fita do Bonfim, um balangandã e CDs, além de uma mensagem do governador do estado, César

Borges - tudo em comemoração ao Dia da Baiana.

A comitiva baiana foi liderada pelo secretário de Cultura e Turismo do estado, Paulo Gaudenzi, que recebeu de Antonio Carlos um elogio pelo "excelente trabalho que desenvolve na divulgação e promoção da cultura e turismo baianos".



Em seu gabinete, Antonio Carlos recebe Ivanilda Leal, em comemoração ao Dia da Baiana

Senador defende mudanças no projeto de lei da quarentena

O presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem modificações no projeto de lei que obriga os ocupantes de determinados cargos públicos a cumprirem

quarentena antes de ingressarem na iniciativa privada. Antonio Carlos disse que a lei de quarentena, como é conhecida, está defasada, uma vez que já tramita há nove anos.

Benedita diz que violência atinge meio milhão de mulheres

O Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher foi lembrado ontem pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ). A data foi escolhida em homenagem às irmãs Patria, Minerva e Maria Teresa Mirabal, assassinadas há 38 anos na República Dominicana em consequência da participação de Minerva como líder de oposição ao ditador Rafael Trujillo, que durante 31 anos comandou aquele país centro-americano.

Para Benedita, a violência contra a mulher é uma das faces mais terríveis da sociedade brasileira. Há uma tendência da sociedade, entretanto, de considerar este tipo de coação como um "crime menor".

A senadora informou que 2.500 mulheres são mortas no país a cada ano, em crimes passionais. A cada quatro minutos, uma mulher é espancada no Brasil. Ela lembrou que meio milhão de mulheres são vítimas de violências domésticas e sexuais. Segundo Benedita, elas representam dois terços das vítimas de agressões a parentes, no Brasil. Dos agressores, 70% são pais biológicos e 30%, padrastos.

A senadora relatou a evolução histórica dos direitos de cidadania até chegar ao sufrágio universal, que "afiançou um processo notável de corrigir, com os próprios instrumentos políticos, a estrutura de desigualdades da sociedade". Mas a senadora advertiu que as mulheres de classe baixa ainda se encontram "nas complexas estruturas dos excluídos, discriminados e vulneráveis da sociedade".

- A questão democrática brasileira tem, no seu centro, a ampliação dos direitos humanos aos vários segmentos excluídos da sociedade, entre eles, as mulheres - afirmou.

A senadora assinalou que, quando um filho bate na mãe, a sociedade condena seu gesto, mas somente enquanto um filho que agrediu a própria progenitora. Já quando essa mulher é espancada pelo seu esposo, companheiro ou amigo, ela dificilmente tem defesa.



Benedita da Silva

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Uniformizadas regras de contribuição ao PIS/Pasep

As contribuições das empresas privadas e estatais e órgãos dos governos para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep) foram uniformizadas pela Medida Provisória nº 1.676, aprovada ontem pelo Congresso. A MP, com parecer favorável apresentado em plenário pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC), vai à promulgação.

O dinheiro do PIS-Pasep é usado para pagar um salário mínimo anual a quem ganha até dois salários mínimos por mês e ainda financia o programa do seguro-desemprego. Desempregados que trabalharam em empresas que recolhem as contribuições também têm direito ao abono.

De acordo com a MP, a cobrança do PIS-Pasep não será mais feita com base no Imposto de Renda devido das empresas, mas com base no faturamento, na folha de salários e na arrecadação (no caso de governos).

Para a empresa que contribuir com base no faturamento, a alíquota será de 0,65%. Se a cobrança se basear na folha de salários, o percentual será de 1%. No caso de governos, a alíquota será de 1% sobre o valor das receitas correntes arrecadadas e das transferências recebidas.



O senador Nabor Júnior foi o relator da medida provisória

Em sua justificativa ao Congresso, em novembro de 1995, o presidente da República afirma que teve de assinar a MP por causa de uma decisão do STF que considerou inconstitucionais dois decretos-leis, de 1988, que fizeram mudanças na cobrança do PIS-Pasep.

Sem a medida provisória, os trabalhadores filiados aos dois programas poderiam ficar sem receber o abono de um salário mínimo.

União irá compensar prejuízos provocados pela Lei Kandir

O Congresso aprovou ontem vários créditos especiais e suplementares, dentro do Orçamento da União, solicitados pelo presidente da República. Entre os créditos, estão R\$ 450 milhões para o Ministério da Fazenda, que usará o dinheiro para ressarcir estados e municípios pelas perdas impostas pela "Lei Kandir", que isentou de ICMS exportações de produtos primários e semi-elaborados.

Entre os outros créditos, estão R\$ 13 milhões para o Ministério da Agricultura, que usará os recursos para subsidiar a produção de borracha natural produzida no país. O subsídio foi criado para ajudar os seringueiros nacionais, que vinham enfrentando a competição do produto importado do Sudeste Asiático, o qual chega ao Brasil por preços até menores que o custo da produção nacional.

ACM pede indicações para CPI dos institutos de pesquisa

O presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, pediu aos partidos políticos que indiquem até a próxima semana os nomes dos deputados e senadores que vão compor a comissão parlamentar mista de inquérito destinada a investigar a atuação dos institutos de pesquisa nas últimas eleições.

A solicitação foi feita durante a sessão do Congresso da tarde de ontem, a pedido do senador Ademir Andrade (PSB-PA), autor do requerimento de criação da CPI. Ademir informou que o prazo de funcionamento da CPI vai apenas até 31 de janeiro próximo e até agora apenas o Bloco Oposição e o PPB fizeram as indicações.



Antonio Carlos Magalhães

Ademir pediu ainda que, se os partidos não fizerem as indicações, o presidente do Congresso o faça, baseado no Regimento Interno.

Órgão gestor vai controlar escalas dos portuários

MP aprovada pelo Congresso transfere a organização criada pela Lei dos Portos atribuição que antes era dos sindicatos

Apenas os órgãos gestores de mão-de-obra têm legitimidade para fazer a escala do rodízio dos trabalhadores portuários avulsos, e não os sindicatos, decidiu ontem o Congresso, ao aprovar a Medida Provisória nº 1.728-18, reeditada pelo governo para evitar qualquer dúvida quanto à interpretação da Lei dos Portos.

Na exposição de motivos da MP, o governo alega que, embora a Medida Provisória nº 1.679-18 parecesse clara em relação a isso, acabou por manter acesa a dúvida, "lançada proposadamente pela má interpretação da Lei dos Portos". Com a MP, o governo entende ter esclarecido definitivamente a questão.

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) denunciou a iniciativa do governo como manobra capaz de trazer enormes prejuízos para os trabalhadores portuários. Ela explicou que a MP 1.728-18 só esgotaria seu prazo em 28 de novembro, mas foi reeditada com uma antecipação de 16 dias,

num artifício do governo para substituir o relator da matéria. "Não poderia deixar de manifestar minha solidariedade a esse valioso segmento de trabalhadores que estão reféns dessa manobra", afirmou.

Dez emendas foram propostas, todas rejeitadas pelo relator, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), o qual sustentou que a MP era necessária para normatizar e organizar o sistema portuário brasileiro. Ele explicou que em apenas três portos da

Bahia a designação de trabalhadores é feita atualmente pelo órgão gestor de mão-de-obra, visto que isso não foi conseguido noutros estados. O que contribui, na opinião de Aleluia, para colocar os portos brasileiros entre os mais caros do mundo.

Os deputados Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP) e Telma de Sousa (PT-SP), ex-prefeita de Santos, pediram que a matéria ficasse fora de pauta pelo menos por uma semana, sem êxito. O líder do governo no Con-



A oposição criticou a medida provisória que trata das escalas de trabalho nos portos, alegando que ela poderá trazer prejuízos aos trabalhadores

Ajuda para idoso será após 67 anos

O Congresso aprovou ontem a Medida Provisória nº 1.599, fixando em 67 anos a idade para que pessoas idosas, sem condições de manter seu próprio sustento, possam se candidatar ao Benefício de Prestação Continuada, instituído em dezembro de 1993 pela Lei Orgânica da Assistência Social.

No valor de um salário mínimo, o benefício também pode ser requerido por deficientes físicos, desde que cumpram as exigências de exame médico pericial e laudo, realizados pelos serviços de perícia médica do INSS.

Vários deputados oposicionistas tentaram adiar a votação da matéria apontando a "perversidade" nela contida: no caso dos idosos, a MP aumentou a idade para a concessão do benefício de 65 para 67 anos. Já em sua 51ª reedição, ela altera a Lei Orgânica da Assistência Social, que estabeleceu a idade de 65 anos para a obtenção da ajuda financeira a partir de quatro anos da promulgação daquela lei, ou seja, a partir de dezembro de 1997.

Outro aspecto destacado pela oposição foi o de que a MP retira do Sistema Único de Saúde e dos conselhos municipais de saúde o poder de concessão do benefício, passando-o para o INSS, que não tem postos próprios em muitos municípios brasileiros. O aumento do limite de idade e das dificuldades para a obtenção da ajuda financeira levou os oposicionistas a afirmar que a MP tem por objetivo impedir ao máximo a concessão do Benefício de Prestação Continuada, que atende no momento cerca de 1,6 milhão de pessoas.

A medida provisória também modifica alguns artigos da lei que criou o benefício, prevendo inclusive que o primeiro pagamento tem que ser feito em até 45 dias depois que a inscrição do idoso ou deficiente for apresentada. A matéria vai agora à promulgação.

Governo poderá elevar imposto sobre cigarro

O Congresso aprovou a Medida Provisória nº 1.725, que dá poderes ao Ministério da Fazenda para fixar alíquotas elevadas do Imposto de Exportação para cigarros e bebidas destinados aos países fronteiriços que adotam tributação privilegiada. O objetivo é desestimular a exportação de cigarros com isenção tributária para fins de contrabando.

Segundo cálculo do governo, quase 20% dos cigarros consumidos no Brasil chegam ao território nacional por contrabando, depois de exportados por empresas instaladas no país. De acordo com a MP, a base de cálculo do Imposto de Exportação não poderá ser inferior ao seu custo de produção, acrescido de todos os impostos e de 15% como margem de lucro.

Além disso, a medida provisória elevou de 10% para 30% a alíquota máxima do Imposto de Exportação e, para defender a política econômica e comercial no combate ao contrabando, o Ministério da Fazenda poderá multiplicar por cinco a alíquota. Ou seja, o governo poderá fixar para os cigarros exportados para países fronteiriços alíquotas de até 150%. Caberá ao Ministério da Fazenda decidir que produtos devem ou não ser taxados na exportação. "É um contra-senso aplicar Imposto de Exportação, mas o governo tem de trabalhar contra a evasão fiscal. Não é possível que 140 bilhões de cigarros consumidos pelos brasileiros cheguem ao país contrabandeados", afirmou o relator da MP, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

A MP nº 1.725 cria ainda a Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), destinando-a ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, usado pela Receita Federal. Serão cobrados R\$ 30,00 para cada registro de importação.



Ney Suassuna

Senadores aprovam indicação para ANP

Em decisão unânime, os integrantes da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura acolheram o nome de Luiz Augusto Horta Nogueira para o cargo de diretor da Agência Nacional de Petróleo

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), presidida pelo senador Elói Portela (PPB-PI), aprovou ontem, por unanimidade, parecer favorável à indicação de Luiz Augusto Horta Nogueira para o cargo de diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Caso tenha o nome aprovado pelo plenário do Senado, Horta Nogueira irá completar o tempo remanescente no mandato do ex-diretor Ricardo Pinto Pinheiro.

O relator da matéria, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), acredita que a escolha de Horta Nogueira está de acordo com a nova forma de atuação do Estado nos setores de infra-estrutura, marcada pela criação das agências reguladoras.

— O seu *curriculum vitae* evidencia que ele possui a formação acadêmica e a experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual é indicado. É importante notar que Horta Nogueira não possui qualquer ligação que possa colocar sua atuação na ANP sob suspeição — relatou Arruda, durante a reunião, que contou com a presença do diretor-presidente da ANP, David Zylberstajn.

Horta Nogueira destacou a evolução da regulação do setor energético, que teve ativa participação do Legislativo e culminou com a criação da ANP. Para ele, o gás natural pode contribuir de forma decisiva para geração de energia no país, e novas perspectivas de produção e distribuição do álcool devem ser debatidas.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES), após analisar o currículo do indicado, concluiu que se trata de pessoa conhecida internacionalmente, que sempre lidou com o setor de energia. Camata disse que o Estado deve empenhar-se na busca de uma matriz energética “confortável, que nos tire a dependência externa”.

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) manifestou seu voto favorável à indi-

cação, mas pediu que os currículos dos indicados sejam enviados com maior antecedência para que os senadores tenham mais tempo de analisá-los.

— O Senado errou na indicação de uma pessoa para a ANP que tinha vários processos na Polícia Federal. Temos que votar em pessoas insuspeitas e não podemos errar. Voto com tranquilidade a favor da indicação depois de conversar com o senhor Zylberstajn — afirmou.

A preocupação manifestada por Horta Nogueira com relação ao álcool como fonte energética foi louvada pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE). Ele também foi parabenizado pela senadora Marluce Pinto (PMDB-AC).

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que a população seja beneficiada com o uso dos recursos provenientes dos *royalties* pagos pela indústria petrolífera. Horta Nogueira acredita que os recursos podem ser destinados à pesquisa científica e à conservação ambiental. Suplicy ofereceu ao indicado e ao diretor-presidente da ANP documentos sobre o Fundo Permanente do Alaska (EUA), que há 20 anos distribui à comunidade daquele estado norte-americano parte da arrecadação decorrente da indústria do petróleo.

Todos os 15 senadores, que depositaram seus votos secretamente, apoiaram a indicação de Horta Nogueira. “A unanimidade prova a competência do indicado”, afirmou o presidente da CI, Elói Portela.

Também participaram da reunião da comissão os senadores Elcio Alvares (PFL-ES), Geraldo Althoff (PFL-SC), Hugo Napoleão (PFL-PI), Jonas Pinheiro (PFL-MT), Romeu Tuma (PFL-SP), Nabor Júnior (PMDB-AC), Osmar Dias (PSDB-PR), José Eduardo Dutra (PT-SE), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Esperidião Amin (PPB-SC).



Na reunião presidida pelo senador Elói Portela, coube ao senador José Roberto Arruda (à direita) relatar o pedido de confirmação de Horta Nogueira para o cargo

Projeto autoriza falta de empregado para prestar depoimento à Justiça

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou substitutivo, apresentado por meio de voto em separado da senadora Emília Fernandes (PDT-RS), favorável ao projeto de iniciativa da Câmara que assegura ao empregado o direito de faltar ao serviço, pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que depor ou prestar qualquer outro serviço à Justiça. A matéria segue para apreciação do plenário.

No mesmo voto em separado, Emília Fernandes seguiu o parecer do relator da matéria, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), pela rejeição de outros dois projetos da Câmara que tramitavam em conjunto. Um deles estabelecia que o contrato de trabalho não poderia sofrer alteração ou rescisão, por iniciativa do empregador, quando o empregado se afastasse do serviço em razão de acidente de trabalho. O outro permitia ao empregado faltar ao trabalho, sem prejuízo dos salários, nos dias de realização de provas ou exames escolares.



Emília Fernandes é a autora do projeto substitutivo aprovado ontem pela CAS

Na opinião do relator, ratificada por Emília Fernandes, as mudanças propostas pelos dois projetos rejeitados já são contempladas pela legislação atual. Apesar de constatar a existência de uma norma em vigor semelhante ao projeto da Câmara, Emília Fernandes justificou sua posição afirmando que a proposta vai além. Enquanto a legislação atual permi-

te faltar ao serviço apenas no caso de comparecimento a juízo como testemunha, a matéria aprovada estende o benefício para quem vai depor ou prestar qualquer outro serviço à Justiça.

COMPONENTES

Também foi aprovado pela CAS, em reunião presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), em turno suplementar de votação, substitutivo do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) ao projeto do senador João França (PPB-RR) determinando que fabricantes e importadores assegurem a oferta de componentes e peças de seus produtos por no mínimo cinco anos após cessada sua produção ou importação. Se não houver recurso no Senado, a matéria vai para apreciação da Câmara dos Deputados.

O projeto original do senador João França fixava prazo mínimo de dez anos para fabricação e manutenção de estoques de peças e componentes, mas se restringia a carros de passeio.

CAS discutirá situação do Museu Emílio Goeldi

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem requerimento de seu presidente, senador Ademir Andrade (PSB-PA), para realização de uma audiência pública para discutir os problemas por que passa o Museu Paraense Emílio Goeldi. Além da direção do museu, serão convidados representantes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e de outros órgãos do governo.

Segundo Ademir, o museu vem enfrentando uma situação difícil, complicada pelo corte de R\$ 3 milhões em seu orçamento. O senador protestou contra o fato, por ele relatado, de o governo federal ter chegado a confiscar até recursos próprios da instituição.

Além de Ademir, participaram da reunião da CAS os senadores Joel de Hollanda (PE), Leonel Paiva (DF), Djalma Bessa (BA) e Romeu Tuma



Ademir Andrade questiona o corte de R\$ 3 milhões no orçamento do museu

(SP), do PFL; Casildo Maldaner (SC), Nabor Júnior (AC) e Marluce Pinto (RR), do PMDB; Lúcio Alcântara (CE) e Osmar Dias (PR), do PSDB; Sebastião Rocha (AP) e Emília Fernandes (RS), do PDT; Benedita da Silva (RJ) e Marina Silva (AC), do PT; e Leomar Quintanilha (PPB-TO).

Debate reunirá ministro e sindicalistas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) para que, em reunião conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), seja realizada audiência pública com o ministro do Trabalho, Edward Amadeo, sobre a proposta de emenda à Constituição que estabelece regras para a liberdade sindical e modificações na organização da Justiça do Trabalho. A CCJ também já aprovou requerimento nos mesmos termos.

O requerimento aprovado prevê a participação, na audiência pública, de representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Força Sindical, do Departamento Intersindical de Assesso-

ria Parlamentar (Diap), da Social Democracia Sindical, da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e da Coordenação Confederativa dos Trabalhadores.

A inclusão do representante da Coordenação Confederativa dos Trabalhadores foi proposta pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS). A princípio, o senador Leonel Paiva (PFL-DF) foi contrário. Ele justificou que quanto maior o número de convidados, mais difícil ficaria para a CAS encontrar conclusões para o debate.

A senadora Marina Silva (PT-AC) foi favorável à proposta de Emília Fernandes, observando que a audiência tem como objetivo esclarecer questões, não possuindo caráter conclusivo. Ao final das discussões, Leonel Paiva resolveu concordar



Por sugestão de Dutra, a CAS e a CCJ farão reunião conjunta para ouvir ministro do Trabalho

com a proposta da senadora pelo Rio Grande do Sul. A reunião foi presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA).

Lúdio Coelho quer o fim do protecionismo europeu



Lúdio Coelho co-presidiu encontro em Bruxelas

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) presidiu ontem, junto com a deputada Ana Miranda, da Espanha, a reunião entre a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e a delegação para as relações com os países da América do Sul e

Mercosul do Parlamento Europeu. O encontro está sendo realizado em Bruxelas, na Bélgica.

Lúdio falou do protecionismo europeu em relação aos produtos agrícolas do Mercosul, enfatizando a necessidade de discutir o assunto no âmbito dos entendimentos em curso com vistas à celebração de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia.

A delegação do Mercosul afirmou também que a chamada "cláusula social" não pode ser aplicada indiscriminadamente, devendo respeitar as peculiaridades de cada país. Ela considera que, na sua aplicação comercial, a cláusula social pode causar distorções no comércio.

Dutra festeja decisão contra ex-presidente do Chile

A decisão da Câmara dos Lordes de autorizar a extradição do ex-presidente chileno Augusto Pinochet mereceu elogios, ontem, do senador José Eduardo Dutra (PT-SE). A deliberação abre caminho para que o governo britânico proceda a extradição e Pinochet seja julgado na Espanha pelos crimes cometidos entre 1973 e 1990, durante o regime de exceção chileno.



José Eduardo Dutra

– Os defensores da democracia poderão ver o ditador ser julgado por crimes contra a liberdade e contra a humanidade. Espero que o primeiro-ministro inglês, Tony Blair, seja fiel às suas tradições democráticas e permita que ocorra o julgamento na Espanha – afirmou o senador petista.

Dutra ressaltou que a atitude do juiz espanhol Baltazar Gárzon de processar o ex-presidente pelo desaparecimento de cidadãos espanhóis durante a ditadura no Chile deve servir de exemplo para outros países.

Tuma irá relatar emenda que eleva CPMF de 0,20% para 0,38%

A indicação do parlamentar paulista foi anunciada ontem pelo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Bernardo Cabral

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), anunciou ontem que o senador Romeu Tuma (PFL-SP) é o relator da Proposta de Emenda Constitucional nº 34, que prorroga por dois anos a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e aumenta a alíquota de cobrança dos atuais 0,20% para 0,38%.

Durante a reunião da CCJ, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) informou que apresentou à CCJ três emendas à proposta de elevação da CPME. A proposta, feita pelo governo como parte do ajuste fiscal, chegou à comissão tendo como autor o líder do governo no

Senado, Elcio Alvares (PFL-ES).

A primeira emenda de Antonio Carlos Valadares à proposta do Executivo estabelece uma compensação de 20% para as empresas que pagarem a CPME. O valor seria abatido do pagamento do imposto recolhido sobre o lucro líquido. Atualmente, segundo Valadares, as empresas pagam 8% sobre o seu lucro líquido.

A outra emenda apresentada pelo senador isenta do pagamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira todos os aposentados e pensionistas do setor público e privado que recebam mensalmente até R\$ 1,2 mil. A terceira emenda propõe o ressarcimento total do que for pago de CPMF aos contribuintes que recolherem R\$



Emenda a ser relatada por Tuma também prevê a prorrogação do tributo por mais dois anos

150 do tributo por ano.

Também participaram ontem da reunião da CCJ os senadores pefelistas

Francelino Pereira (MG), Romeu Tuma (SP), Elcio Alvares (ES) e Djalma Bessa (BA); os peemedebistas José Fogaça (RS) e Pedro Simon (RS); os senadores do PSDB Jefferson Péres (AM) e Lúcio Alcântara (CE) e o senador petista José Eduardo Dutra (SE).

Novo reunião da comissão está marcada para a próxima quarta-feira. Constam da pauta, entre outras matérias, projeto que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi) e consulta, formulada pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, sobre quem presidirá o Congresso Nacional em caso de licença do presidente do Senado, tal como prevista na Constituição.

CCJ é favorável à doação de imóveis para a Academia Nacional de Medicina

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei da Câmara dos Deputados alterando a Lei nº 7.674, de outubro de 1998, que autoriza o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (Iapas) a doar à Academia Nacional de Medicina imóveis destinados à instalação de centros de estudos e pesquisas.

O relator da matéria, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), disse que o projeto de lei permitirá viabilizar um regime de parceria entre a Academia Nacional de Medicina e a iniciativa privada. A parceria se dará mediante a concessão de direitos de exploração comercial de parte da obra à respectiva construtora, como forma de ressarcimento de seus custos.

Para a construção dos centros de estudos e pesquisas, o projeto aumenta



Segundo o senador Lúcio Alcântara, o projeto é "conveniente e oportuno"

dos atuais seis meses para seis anos o prazo para início da obra, a contar da publicação da lei, quando aprovada definitivamente.

Lúcio Alcântara disse que o projeto é conveniente e oportuno, pois a criação de centros de estudos e pesquisas por parte da Academia Nacional de

Medicina deve ter todo o apoio num país, como o Brasil, carente de iniciativas nessa área.

Ao citar os argumentos do autor da proposta, deputado Cláudio Chaves, o relator disse que o atual prazo de seis meses determinado pela lei é exíguo. Já o prazo de seis anos viabiliza o financiamento, a concretização das obras e seu retorno total ao patrimônio da Academia Nacional de Medicina num prazo de 20 anos.

A academia, observou, funciona como um centro da memória médica nacional, desde sua fundação, em 1829, e em seu arquivo existem documentos importantes e de valor histórico. Atualmente, por meio de um convênio com empresa privada e o Ministério da Saúde, está sendo instalado o Laboratório de História Oral da academia, com sede no Rio de Janeiro. O projeto depende ainda de votação no plenário do Senado.

Serra fala hoje sobre cortes na área de saúde

A redução dos recursos destinados à área de saúde é o tema de audiência pública que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove hoje a partir das 10h. A reunião contará com a presença do ministro José Serra e do coordenador-geral do Conselho Nacional de Saúde, Nelson Rodrigues dos Santos, que prestarão esclarecimentos a respeito dos cortes.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA), presidente da CAS, é o autor do requerimento solicitando a presença do ministro. A audiência será promovida em conjunto com a Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados.

Suplicy rejeita idéia de tornar FHC senador vitalício

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou-se, em discurso feito ontem no plenário, contra o projeto de lei do deputado Artur Virgílio (PSDB-AM), em tramitação na Câmara dos Deputados, que, segundo informou, "tenta transformar o atual presidente Fernando Henrique Cardoso em senador vitalício, como o general Augusto Pinochet".

– No processo de transição democrática os chilenos foram obrigados a ceder-lhe essa condição, o que representou um absurdo – afirmou.

Suplicy disse ter certeza de que o pro-

jeto jamais será aprovado, lembrando que a tendência, no Senado, é fazer com que haja eleição direta para os senadores suplentes. O senador lembrou projeto de sua autoria estabelecendo eleições diretas para o suplente, junto com o titular, e citou, também, proposta já aprovada na Comissão de Reforma Política que encurta o tempo de mandato dos suplentes.



Eduardo Suplicy

No caso de impedimento do titular, o suplente assumiria apenas até a realização de eleições, municipais ou federais, não ficando mais do que dois anos como senador da República.

Essa tendência, segundo Suplicy, é uma unanimidade mundial. Ele citou o caso da Grã-Bretanha, onde o primeiro-ministro Tony Blair apresentou uma proposta, aprovada pela rainha Elisabeth II, para tirar o di-

reito de voto dos lordes chamados hereditários – 760 de um total de mais de 1200. "Para tornar a Câmara mais representativa, ele não hesitou em propor o fim de um direito que já dura 700 anos, o de votar sem ter sido eleito pelo povo para fazê-lo."

Em seu discurso, Suplicy também ratificou as palavras do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), destacando a importância da decisão dos juizes da Câmara dos Lordes, segundo a qual o general Augusto Pinochet não tem direito à imunidade que reclamava para si.



Benedita afirma que preconceitos inibem o desenvolvimento

Benedita prega "solidariedade ativa" contra o racismo

Ao homenagear Zumbi dos Palmares, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) criticou "o racismo e os preconceitos que inibem o desenvolvimento do Brasil e impedem a sua participação com maior eficiência na conjuntura internacional". Para a senadora, a criação de programas e projetos de ação afirmativa, específicos para a população negra, que assegurem sua participação ativa no processo de desenvolvimento, "é hoje uma questão de amor ao Brasil".

— O país não participará com todo o seu potencial do desenvolvimento global se, conforme compreendem os países do Primeiro Mundo, não incluir os afro-descendentes — afirmou.

Benedita da Silva pregou a "solidariedade ativa" pela eliminação do racismo, conclamando os empresários a assegurarem emprego, sem discriminação, a todas as pessoas que puderem exercer suas tarefas com competência. Ela frisou que as mudanças de base no país exigem que todos tenham disposição para romper com a hipocrisia que impede que o racismo seja reconhecido e punido como crime.

A senadora reconheceu que os 350 anos de escravidão deixaram marcas na sociedade civil e nos poderes constituídos.

— Criamos uma sociedade preconceituosa, mas temos a possibilidade de mudar nossa história neste final de século. Devemos, entretanto, ser firmes e ter vontade política e solidariedade social para fazê-lo — afirmou.

Benedita da Silva pediu aos parlamentares que assegurem, na votação do Orçamento, a implantação de projetos de capacitação e requalificação da população negra para que esteja preparada para os novos mercados de trabalho. A senadora também defendeu a criação de programas de saúde e de projetos educacionais aos afro-descendentes "para acabar com a fatalidade da exclusão para os jovens negros, vítimas primeiras da violência policial e do narcotráfico".

Cabral propõe fundo para preservação de mananciais

Senador sugere desenvolvimento de programas que mantenham o abastecimento de água em municípios com até 50 mil habitantes

A criação de um Fundo Nacional para a Preservação e Conservação de Mananciais de Abastecimento de Água (Fundágua) é o que estabelece projeto apresentado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM). A proposta tem como objetivo desenvolver programas visando preservar e conservar mananciais de abastecimento de água dos municípios com até 50 mil habitantes.

— A proposta visa alcançar a imensa maioria dos municípios brasileiros (92%), que abrigam 40% da população do país e que não têm acesso a recursos para investimento na preservação e conservação de mananciais — explicou o senador.

O projeto prevê que os recursos para o fundo serão provenientes das dotações orçamentárias da União; de parcela de 10% da compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural; de doações por pessoas físicas e jurídicas e de rendimentos de qualquer natureza, decorrentes de aplicações de seu patrimônio.

Em sua justificativa, o senador afirma que a noção de saneamento ambiental, com raras exceções, tem se res-

tringido ao que se convencionou chamar de saneamento básico, isto é, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos. "A questão da preservação e conservação dos mananciais continua tendo tratamento marginal, somente entrando na pauta do processo decisório em situações extremas, envolvendo intervenções dispendiosas e de resultado duvidoso", esclarece.

Segundo o senador, desenvolvem-se no país somente ações pontuais de saneamento ambiental. Ele cita o trabalho "Elaboração do Plano Diretor de Saneamento Ambiental das Unidades de Negócios da Sabesp", do estado de São Paulo; o Programa Interdisciplinar de Pesquisa em Conservação de Mananciais, da Companhia de Saneamento do Paraná; o Programa Pró-Mananciais, do governo do Espírito Santo; e o Programa de Preservação e Conservação de Mananciais, do Ministério do Meio Ambiente.

Bernardo Cabral informa ainda que levantamento recente, de fevereiro de 1998, realizado pelo Ministério do Meio Ambiente em dez estados, comprovou a grave situação em que se encontram os mananciais de abasteci-



Projeto de Cabral será examinado pela Comissão de Assuntos Sociais

mento de água. "Faz-se urgente fortalecer e redirecionar a ação dos órgãos estaduais e municipais de planejamento e gestão ambiental, com vistas a conceder prioridade à questão da preservação e conservação de mananciais, sob a forma de medidas efetivas", salienta o senador pelo Amazonas.

A matéria segue agora para avaliação nas comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última decisão terminativa.

Abdias lamenta falsificação da História

Ao prestar sua homenagem a Zumbi dos Palmares, marcando o Dia da Consciência Negra, transcorrido no último dia 20, o senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) lembrou o ensino de sua infância, que "nem sequer mencionava a epopéia de Palmares". Segundo ele, "privava-se, desse modo, as crianças brasileiras de conhecer não apenas a figura heróica de Zumbi, mas toda a saga de crueldade e revolta, suplício e redenção, sofrimento e bravura que se desenrolou nos quase quatro séculos de escravidão negra".

Abdias ressaltou que a falsificação da História do Brasil faz parte de um processo mais amplo de perversão intelectual, iniciado em fins do século XVIII, com o propósito de justificar a escravidão de africanos. Até então, explicou o senador, a Europa conhecia a História da África por relato de cronistas árabes, que contavam fascinados sobre seus reinos e impérios, sobre cidades fabulosas e reis poderosos. "O fato de tudo isso parecer hoje fantasioso e irreal demonstra o sucesso desse infame



Abdias lembra que o ensino de sua infância nem mencionava Palmares

empreendimento", completou.

Nos seus quase 90 anos de existência, lembrou o senador, Palmares conviveu em clima de guerra. Mesmo assim, era uma sociedade que não praticava a monocultura, produzindo uma fartura de legumes, e era caracterizada pela democracia. A fim de derrotar Palmares, o governador da época indicou o bandeirante Domingos Jorge Velho para a empreitada. Este, à frente "do maior exército que o Brasil já conheceria", precisou de muitas investidas

para liquidar o quilombo. Assim, "a 20 de novembro de 1695, Zumbi dos Palmares foi decapitado e esquartejado, num ritual sangrento característico da civilização que os portugueses implantaram nos trópicos", acrescentou Abdias.

O senador lembrou sua atuação em prol da conscientização dos afro-descendentes, desde os anos 30, quando da formação da Frente Negra Brasileira, até hoje, no exercício de seu mandato como parlamentar. Para Abdias, o mandato deve estar a serviço das causas do povo afro-brasileiro.

Ele destacou que já no primeiro projeto apresentado em 1997, ao assumir a vaga deixada no Senado com o falecimento de Darcy Ribeiro, procurava aperfeiçoar a legislação sobre o assunto, com a proposta que definia e tipificava a prática do racismo e da discriminação e punia os crimes deles resultantes. "O objetivo era substituir a Lei 7.716, que regulamentara o princípio constitucional da Carta de 1988, definindo o crime de racismo como inafiançável e imprescritível", disse o senador.



CARTAS

Nesta sessão, o *Jornal do Senado* publica cartas, fax e e-mails enviados pelos leitores.

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

E-mail: jornal@senado.gov.br

fax: (061) 311 3137

CÉLIO CAMPOS - JORNALISTA (CAIEIRAS-SP)

"Gostaria de parabenizar o *Jornal do Senado* pela excelente forma como vem prestando serviço às instituições brasileiras. Como assessor de imprensa da prefeitura municipal de Caieiras, tenho tido a oportunidade de mensurar a valia desse periódico."

WANDERLEI SALVADOR - EDITOR-CHEFE (TAIÓ-SC)

"O jornal *O Barriga Verde*, com circulação em quase 30 cidades de Santa Catarina, tem publicado muitos artigos e informações do *Jornal do Senado*."

Vale destacar que os assuntos abordados no *Jornal do Senado* são as fontes mais importantes das discussões nacionais. Parabéns pela forma como são apresentados os artigos, que servem de norte para os formadores de opinião."

ALVARO AMAZONAS (ARACAJU-SE)

"Os serviços prestados pela TV, Rádio e *Jornal do Senado* representam um avanço na política brasileira. Trabalhos como esses fazem crescer a credibilidade dos políticos e aumentam a participação dos cidadãos na evolução do país. A política entrará com cara nova no próximo milênio, dando show de democracia. Parabéns à equipe do *Jornal do Senado* pelo extraordinário trabalho!"

RICARDO HENRIQUE ARRUDA DE PAULA (FORTALEZA-CE)

"Parabeno a equipe do *Jornal do Senado* pela iniciativa de levar a todo o Brasil notícias do dia-a-dia dessa importante Casa legislativa. Na qualidade de consultor jurídico da Câmara Municipal de Fortaleza, estou deveras satisfeito com a assinatura desse periódico, que é uma moderna fonte de consulta diária."

AFONSO DA FONSECA RIBEIRO - VEREADOR (LAGES-SC)

"Sou vereador e assisto assiduamente à TV Senado para aprender e aprimorar meus conhecimentos, numa tentativa de enriquecer as sessões da Câmara Municipal de Lages. Gostaria de sugerir que algumas das sessões do Senado fossem retransmitidas aos sábados e domingos, pois nestes dias a população dispõe de tempo para acompanhar os pronunciamentos dos senadores. Agradeço, ainda, as possibilidades oferecidas pela emissora de o público se comunicar com o Senado."

Resposta do diretor da TV Senado: A TV Senado já retransmite aos sábados e domingos, às 14h30, algumas das sessões mais importantes realizadas de segunda a sexta. No último final de semana, por exemplo, foi rerepresentada a sessão realizada no dia 19 de novembro, na qual o Senado ouviu o depoimento do então ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, a respeito da privatização das empresas de telecomunicação. Quando não há sessões a serem destacadas, a programação do fim de semana procura apresentar as melhores entrevistas e programas especiais veiculados na semana. Vale ressaltar que, de segunda a sexta-feira, as sessões plenárias do dia são retransmitidas no horário das 22 horas, permitindo que os espectadores que não puderam acompanhá-las ao vivo tenham nova oportunidade de fazê-lo.

Plenário vota refinanciamento das dívidas da Paraíba

O plenário do Senado votará hoje, em sessão que começará às 10h, pedido do governo da Paraíba para contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento das dívidas estaduais com a União, no valor de R\$ 266,3 milhões. O contrato será feito dentro do Programa de Ajuste Fiscal dos Estados e permitirá a redução dos encargos e o alongamento do prazo de amortização, viabilizando o ajuste fiscal da Paraíba.

Transcorre hoje o quarto dia de dis-

cussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que garante recursos para a área de saúde. De acordo com o projeto, a União terá de destinar obrigatoriamente pelo menos 30% dos recursos do orçamento da seguridade social para o custeio do Sistema Único de Saúde (SUS). Já os estados terão de contribuir com 12% de suas receitas e os municípios com 10%, incluídas as transferências constitucionais.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Tênis
7h30 - *Especial Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Dráuzio Varela entrevista Maurício Bagnato. Assunto: O sono - 2ª parte
7h55 - *Senado em Pauta*
8h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Tai-chi-chuan
8h30 - *Jornal do Senado*
8h55 - *Senado em Pauta*
9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, a Bahia
9h30 - *Entrevista* - O senador Geraldo Althoff fala sobre a saúde na infância
9h55 - *Senado em Pauta*
10h - *Sessão Plenária (ao vivo)* - Logo após, apresentação da reunião de ontem da Comissão de Constituição e Justiça
12h30 - *Entrevista* - O senador Geraldo Althoff fala sobre a saúde na infância
12h55 - *Senado em Pauta*
13h - *Cores do Brasil* - a Linha Verde da Bahia
13h30 - *Debate* - Os senadores Esperidião Amin e Jefferson Péres debatem sobre os limites de gastos com as câmaras de vereadores
14h30 - *Sessão Plenária (reapresentação)*
18h30 - *Cores do Brasil* - Curitiba
19h - *Seminário sobre a Seca* - 4ª parte

20h - *Cores do Brasil* - o Oeste Baiano
20h30 - *Entrevista* - O senador Geraldo Althoff fala sobre a saúde na infância
21h - *Jornal do Senado*
21h15 - *Debate* - Os senadores Esperidião Amin e Jefferson Péres debatem sobre os limites de gastos com as câmaras de vereadores
21h55 - *Senado em Pauta*
22h - *Sessão Plenária (reapresentação)*

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

HOJE

RÁDIO SENADO

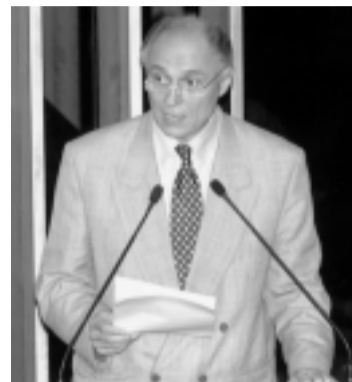
8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
10h - Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil".
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em Linha Direta - Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e informação
0h - Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida - Música e informação

Suplicy critica a criação do Ministério da Produção

Para senador, o governo teria mais êxito se fizesse uma reforma tributária buscando crescimento, maior equidade e estabilidade econômica

"O Ministério da Produção será um Ministério das Encrencas", afirmou ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), citando o jornalista Elio Gaspari e prevendo que a pasta resultará em nova comissão parlamentar de inquérito para examinar suas irregularidades. O senador manifestou preocupação com a possibilidade de que aconteçam, no futuro ministério, procedimentos como os que ficaram caracterizados nos diálogos entre o ministro das Comunicações e outras autoridades do governo.

Para Suplicy, o governo teria mais êxito no fomento da produção se fizesse uma reforma tributária que pudesse compatibilizar crescimento com maior equidade e estabilidade na economia brasileira. O país, disse Suplicy, citando Elio Gaspari, "não precisa de mais um ministério; precisa de produção". O jornalista lembrou em sua coluna, lida por Suplicy, que "se no último trimestre a economia teve uma contração de 1,3%, isso é consequência de



Suplicy comentou artigo do jornalista Elio Gaspari sobre os riscos do novo ministério

uma política econômica que penaliza a atividade produtiva".

O senador pediu atenção especial para trecho do artigo em que Elio Gaspari menciona o que chama de "proeza da equipe econômica em matéria de custo de capital", dizendo que o governo toma dinheiro emprestado

a 40% ao ano; as empresas, a 50%; o cidadão a 200% (no cheque especial ou no crediário), enquanto no BNDES consegue-se dinheiro a 11%.

"Uma empresa que consegue levar um projeto ao BNDES salta da crise. Quem não consegue, atola", diz o jornalista no artigo comentado por Suplicy. O BNDES levaria para o ministério, afirmou o senador, ainda citando Elio Gaspari, práticas como a criação da ONG que gastou R\$ 2,8 milhões para fazer publicidade da privatização da Eletrobrás. A ONG Brasil-2000, afirmou o senador, nada mais foi do que um subterfúgio para burlar a Lei Eleitoral, que vedava a propaganda governamental antes da eleição.

Apontando o artigo de Gaspari como "uma excelente reflexão", Suplicy disse que é preciso que o presidente Fernando Henrique pense melhor sobre a criação do Ministério da Produção, "fادado e candidato a produzir uma CPI em breve".

Sancionada lei que unifica quadros da Polícia Militar do Distrito Federal

O presidente da República sancionou no final da tarde de ontem a Lei nº 713, de iniciativa do Executivo, que unifica os quadros de oficiais e praças femininos e masculinos da Polícia Militar do Distrito Federal. O projeto nesse sentido foi aprovado pelo Senado no dia 3 de novembro, depois de ter passado pela Câmara dos Deputados.

Segundo o relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Romeu Tuma

(PFL-SP), o projeto acaba com a discriminação contra as mulheres nos quadros de oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal. Hoje, o quadro de policiais femininos é reduzido e aguarda mais tempo para promoção, enquanto os homens são promovidos regularmente.

A proposta altera a Lei nº 6.450, de 1977, que dispõe sobre a or-



Romeu Tuma

ganização básica da Polícia Militar do DF, fixando o quadro efetivo de policiais militares femininos em 10% do total. Ficam extintos os quadros exclusivamente de mulheres, que serão remanejados para os Quadros de Oficiais e Praças Militares. A fusão não irá implicar qualquer despesa adicional para os cofres públicos.

Lobão aponta ensino básico como grande desafio do país

Garantir qualidade para a educação básica é o grande desafio que se apresenta ao país, afirmou ontem o senador Edison Lobão (PFL-MA). Para ele, o Brasil tem que seguir o exemplo da Coreia do Sul, que demonstrou capacidade para operar substancial transformação em seu sistema educacional.

Ele lembrou que a Coreia do Sul, com uma economia destruída, população analfabeta e sem recursos naturais, após a devastadora guerra ideológica que dividiu ainda mais as duas Coreias, entre 1950 e 1953, apresentava um renda *per capita* que não chegava a US\$ 100, enquanto a do Brasil nos dez anos seguintes era o dobro desse valor. Depois de 25 anos, em 1995, a renda *per capita* coreana atingira a marca dos US\$ 8.220,

quase duas vezes e meia a brasileira. Lobão explicou que um dos pilares do êxito coreano foi o investimento na educação. "Investimento cuja importância esteve não no volume físico dos recursos aplicados no ensino, mas na eficácia com que tais recursos foram e têm sido utilizados."

A conclusão a que se pode chegar, disse o parlamentar, é que os países asiáticos primeiro garantiram a presença de todos os alunos na escola fundamental, com repetência baixa ou nula, para em seguida ampliarem o ensino de 2º grau e o ensino superior. Para ele, no Brasil a ferida mais dolorosa do sistema educacional foi e continua sendo a qualidade de ensino e a "pedagogia da repetência".

Ampliadas situações para aplicar penas alternativas

O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou ontem, com vetos, a Lei 9.714, que muda o Código Penal, ampliando as situações em que os juízes poderão aplicar penas alternativas.

O projeto original de ampliação das penas alternativas foi preparado pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, sendo encaminhado ao Congresso pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 1996.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7

Carlos Bezerra critica cortes para a reforma agrária

Os cortes anunciados no Orçamento de 1999 para programas de reforma agrária terão um forte opositor na Comissão Mista de Orçamento, anunciou ontem o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), ao criticar a falta de uma política específica do governo federal para a agricultura.

— Cada vez mais são menores os recursos para a agricultura e para a pesquisa. Assim, a extensão rural não existe. O pouco que se faz nessa área não atinge o produtor rural, principalmente o pequeno — afirmou.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) informou que os cortes não se restringem ao Orçamento de 1999. Para o senador paraibano, o governo está providenciando contenções, ainda para este ano, em “áreas fundamentais”, como o combate a doenças no rebanho e compra de sementes para a próxima safra.

Bezerra relatou a invasão de agências do Banco do Brasil em seu estado por agricultores assentados em projetos de reforma agrária, desesperados com as dificuldades de financiamento à produção. O mais grave, no entender do senador mato-grossense, é que os parques recursos que existem “não são acompanhados de qualquer orientação técnica, provocando investimentos errados e impossibilitando os produtores de honrarem seus compromissos”.

Segundo Bezerra, nos últimos anos o setor agrícola perdeu força no comando da economia do país, “mais preocupado com o setor industrial”. Ele acredita que essa seja a razão da produção de grãos no Brasil “patinar” há dez anos no nível dos 80 milhões de toneladas.



Bezerra relatou a invasão de agências bancárias por agricultores desesperados com a falta de crédito

Também preocupado com a estagnação da produção, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou que as perspectivas não são as melhores. “Atravessamos um momento crítico, com o mercado internacional praticando preços baixos.”

O senador José Alves (PFL-SE) acusou o governo de privilegiar os grandes conglomerados econômicos em detrimento da população que vive no campo.

Para o senador Edison Lobão (PFL-MA), não foi dada continuidade ao trabalho iniciado ainda no governo Sarney. O resultado, disse, é que o país acaba importando uma série de gêneros agrícolas, o que agrava o desemprego no campo.

Levy Dias (PPB-MS) criticou a excessiva importância que se dá às crises financeiras. Ele acha que o país deve se voltar para o interior e valorizar a agricultura.

Já o senador Iris Rezende (PMDB-GO) disse que os parlamentares devem ocupar as tribunas das duas Casas do Congresso Nacional e insistir na necessidade de maior apoio à agricultura.

Arlindo diz que produtor rural não recebe apoio

O senador acredita que agricultores estão desestimulados em função da valorização dada pelo governo à importação de produtos agrícolas

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) lamentou ontem que os produtores rurais brasileiros, embora persistam em sua meta de produzir mais qualidade e quantidade, vejam-se cada vez mais desestimulados em face do crescente apoio às importações de produtos agrícolas.

O senador fez um balanço da situação da agricultura, em forte discurso que gerou vários apartes. Ele apresentou uma grave denúncia: produtos usados no exterior apenas para nutrir animais estariam sendo utilizados no Brasil para alimentar crianças.

Arlindo ressaltou o crescimento de aproximadamente 1,5 bilhão de litros por ano na produção leiteira brasileira; o país deve produzir cerca de 21 bilhões de litros de leite este ano, contra 15,8 bilhões de litros produzidos em 1994. O consumo aumentou, segundo o senador, graças à estabilidade da moeda e a preços mais compatíveis com a renda da população. Mesmo assim, a média nacional de consumo, de 140 litros por habitante ao ano, é menor que a recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Citou, para efeito comparativo, a média argentina, de 244 litros anuais.

Esse crescimento, para o senador, reflete “o empenho e a vontade do produtor rural em melhorar sua produção e a qualidade do produto”. Ele infor-



Arlindo Porto apresentou números sobre o crescimento da produção brasileira de leite e de grãos

mou que o ganho na produção foi sustentado principalmente pela região Centro-Oeste, com crescimento de 70%, e com ênfase para Goiás, cuja ampliação foi de 76%. O ministro lembrou também o superávit gerado pela produção de grãos, da ordem de US\$ 11,8 bilhões. Mas, enquanto busca produzir cada vez mais e melhor, o produtor rural se sente desestimulado pelo apoio à importação cada vez mais forte. De acordo com Arlindo Porto, em 1998, importaram-se US\$ 520 milhões apenas em produtos lácteos. Foram importados 1,43 bilhão de litros de leite, a um custo de US\$ 324 milhões.

— Há até a suspeita de que produto utilizado apenas para a alimentação animal está sendo usado no Brasil para

alimentar nossas crianças — denunciou.

O Mercosul, responsável por 71% das importações, é o grande beneficiado, disse o senador. Segundo ele, a Argentina vende o litro de leite para o Brasil por um preço que varia entre US\$ 0,60 a US\$ 0,70, quando o mesmo produto é vendido internamente naquele país por cerca de US\$ 1,15. Para ele, somente isto já mostra que algo está errado. Mas há mais: o importador brasileiro tem prazo de 500 dias para pagar, com juros de 6% ao ano.

— Na verdade, o mercado importa capital de giro. Como pode o produtor brasileiro concorrer nessas condições? — perguntou o senador, lembrando que há financiamento para a importação mas não há para a construção, por exemplo, de um tanque de expansão.

Arlindo Porto encerrou seu discurso com várias propostas, como financiamentos, com juros compatíveis e prazos de dez anos, para recuperação de pastagens e construção de tanques de resfriamento; estímulo à venda em grupos, com a criação de cooperativas; estímulo e apoio a pequenos produtores através de programas como o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf); proibição da reidratação do leite em pó; e muito investimento em pesquisa.

— Nós, produtores rurais, não queremos favores; queremos apenas igualdade de condições — afirmou Arlindo Porto.

Suassuna anuncia marcha de protesto contra a seca

“Com a crise financeira que o Brasil atravessa, ficou esquecida a seca no Nordeste, que se transformou em situação banal e corriqueira”, lamentou o senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Ele destacou uma “grande marcha”, a realizar-se hoje na cidade de Campina Grande, na Paraíba, para “lembrar ao governo e aos brasileiros de que o nordestino continua morrendo até de sede”.

Segundo Suassuna, a situação é de calamidade pública em 93 dos 180 municípios da Paraíba. “Em Pernambuco, no Ceará e no Rio Grande do Norte os problemas são os mesmos. Não vamos deixar que o governo transforme a seca num sofrimento menor e continuaremos a pedir providências emergenciais, mas também soluções duradouras como a implementação do projeto de transposição das águas do São Francisco”, argumentou.

O senador afirmou que, com o final



Suassuna teme que, com a desativação das frentes de trabalho, milhões passem fome e sede

do ano, as frentes de trabalho que empregam um milhão de pessoas, somente na Paraíba, serão desativadas por falta de recursos. “É uma ninharia, R\$ 80 por pessoa/mês, mas vem impedindo que se morra de fome e de sede. Espera-se que as chuvas cheguem em fevereiro, mas a colheita somente se dará em abril/maio. Até lá, de que essa gente vai viver?”, indagou.

Simon condena importação excessiva

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) somou-se a Arlindo Porto na crítica à excessiva importação de produtos agrícolas pelo Brasil. Simon chegou a pedir desculpas pelo longo aparte (que chamou de “desabafo”) feito ao discurso de Arlindo Porto, na sessão plenária de ontem. Para Simon, a globalização prega como moderna a abertura econômica, mas a prática nos países desenvolvidos é diversa.

— Por que não se olha para como os países desenvolvidos tratam a agricultura deles? Por que não se olha como a Europa e os Estados Unidos tratam as importações agrícolas brasileiras? — indagou Simon.

O parlamentar afirmou que a agricultura foi o setor que sempre pagou o preço para a sustentação dos planos econômicos, como aconteceu agora no Plano Real. Segundo ele, abriram-se as portas para as importações, às quais os produtos brasileiros não conseguem fazer frente. Assim, o leite que sobra no Mercado Comum Europeu é colo-

cado no Brasil a qualquer preço, para escoamento de estoque.

Simon lamentou a saída de Arlindo Porto do Ministério da Agricultura e lembrou seus próprios tempos de ministro. Naquela época, o Brasil produzia 5,5 milhões de toneladas de trigo e importava 1 milhão. Hoje, a balança é inversa. Simon ressaltou ainda que o trigo argentino é vendido aos moinhos brasileiros com prazo de dois anos para pagamento.

O senador espera que a agricultura seja verdadeiramente a meta prioritária no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Para Simon, a agricultura é a principal forma de combater o desemprego. Ele lembrou que o país tem a maior área agrícola cultivável do mundo (cerca de 150 milhões de hectares) e a maior reserva de água potável disponível.

O discurso de Arlindo Porto motivou outros apartes. O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu a aprovação, na sessão de ontem do Congresso Nacional,

da Medida Provisória nº 1.715, de autoria do próprio Arlindo, que revitaliza o setor cooperativista de produção agropecuária e cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Cooperativa. O pedido, que Jonas Pinheiro já formulara ao presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, foi reforçado pelo senador por Minas Gerais.

Odacir Soares (PTB-RO) criticou a MP da securitização da dívida agrícola brasileira, por não contemplar os pequenos agricultores que tomaram empréstimos dos fundos especiais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Segundo ele, os recursos estão se acumulando nos bancos, já que os produtores estão inadimplentes e, por isso, impossibilitados de renovar seus créditos.

O senador Andrade Vieira (PTB-PR) condenou a “política governamental de concentração de renda”, os projetos de assentamentos rurais — em que as famílias são levadas depois a abandonar os seus lotes — e os míseros recursos destinados a financiar a agricultura.